



PARECER JURÍDICO

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Orientador Social no CRAS

Modalidade: Dispensa de Licitação (art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Assistência Social encaminha a esta Assessoria Jurídica pedido de análise acerca da possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **orientador social** no CRAS, considerando a necessidade de garantir a continuidade das ações socioassistenciais junto aos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O processo administrativo apresenta:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP) justificando a necessidade da contratação;
- Termo de Referência contendo a descrição detalhada do objeto;
- Pesquisas de preços junto ao mercado para aferição da razoabilidade dos valores;
- Manifestação da área requisitante quanto à urgência e relevância do serviço.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Da competência e necessidade da contratação

O **CRAS** é unidade pública estatal de base territorial, integrante do SUAS, que tem como atribuição precípua a oferta de serviços de proteção social básica, visando à prevenção de situações de risco social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O **Orientador Social** é profissional fundamental para a execução do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, desempenhando funções de mediação, organização e condução de atividades socioeducativas, culturais e recreativas, voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Dessa forma, a contratação se mostra imprescindível para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Município no âmbito da política de assistência social.

2. Do fundamento legal

A Lei nº **14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) prevê em seu artigo 75, inciso II, a possibilidade de contratação direta por **dispensa de licitação em razão do valor**, desde que o montante não ultrapasse o limite de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** para serviços e obras de engenharia, e de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** para outros serviços e compras.



Além disso, a contratação deve observar:

- **Justificativa da escolha do fornecedor** (art. 72, I, Lei 14.133/21);
- **Justificativa do preço** (art. 72, II, Lei 14.133/21);
- **Comprovação da necessidade** (art. 72, III, Lei 14.133/21).

No caso em análise, a Administração apresentou as devidas pesquisas de preços e documentação comprobatória, atendendo às exigências legais.

3. Da regularidade do procedimento

O processo contém os elementos obrigatórios:

- Estudo Técnico Preliminar (art. 18, Lei 14.133/21);
- Termo de Referência detalhado (art. 6º, XXIII, Lei 14.133/21);
- Demonstrativo da compatibilidade do preço de mercado;
- Justificativa da contratação e da escolha do fornecedor.

Não se verifica, até o momento, vício que impeça a contratação. Ressalte-se que devem ser observadas as disposições quanto à publicidade do ato (art. 72, §3º, Lei 14.133/21), bem como a formalização contratual por escrito (art. 89 e seguintes, Lei 14.133/21).

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade jurídica da contratação direta, via dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviço de Orientador Social no CRAS**, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que observados:

1. A formalização do contrato administrativo com cláusulas essenciais previstas nos artigos 89 a 92 da Lei nº 14.133/2021;
2. A publicação do extrato do contrato no prazo legal (art. 94 da Lei nº 14.133/2021);
3. O acompanhamento e fiscalização da execução contratual por servidor designado (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

É o parecer.

São Martinho – RS, 17 de setembro de 2025.

ALEX FABIANO BLATT
OAB/RS 94.597
Assessor Jurídico